

**Curso/Disciplina:** Direito Empresarial Extensivo

**Aula:** Direito Empresarial Extensivo - 59

**Professor(a):** Priscilla Menezes

**Monitor(a):** Pâmela Suelen de M. Guedes

## Aula nº. 59

### TÍTULOS REPRESENTATIVOS – CONHECIMENTO DE DEPÓSITO E “WARRANT”

#### 1. Noções Introdutórias:

Quando o depositante entrega as mercadorias no armazém geral recebe um recibo, previsto no art. 6º, do Decreto n 1.102/1903. Porém, se o depositante preferir, pode solicitar a emissão de títulos representativos, devolvendo o recibo para o armazém geral e recebendo os títulos (art. 15). Veja-se:

**Art. 6º - Das mercadorias confiadas à sua guarda, os armazéns gerais passarão recibo declarando nele a natureza, quantidade, número e marcas, fazendo pesar, medir ou contar, no ato do recebimento as que forem suscetíveis de ser pesadas, medidas ou contadas.**

**Art. 15 - Os armazéns gerais emitirão, quando lhes for pedido pelo depositante, dois títulos unidos, mas separáveis à vontade, denominados - "conhecimento de depósito" e "warrant".**

Assim, os títulos representativos são de emissão facultativa, mediante pedido do depositante e devolução do recibo. São títulos xifópagos, isto é, são emitidos juntos, mas podem circular separados.

Os requisitos destes títulos estão contidos no §1º, do art. 15, que são:

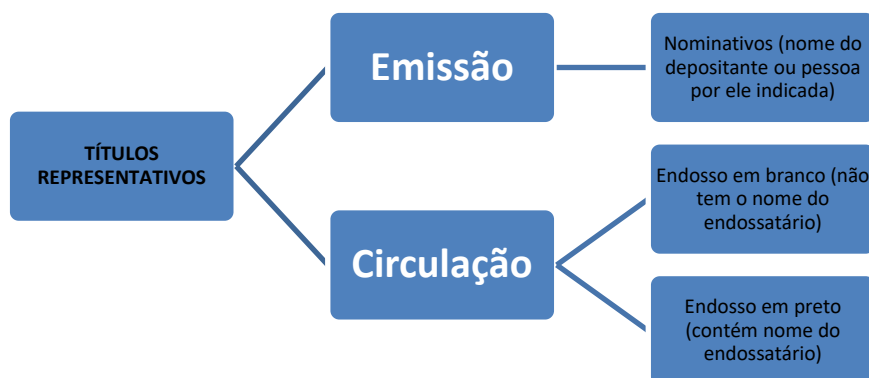
- ✓ Cláusula à ordem: podem circular por endosso, juntos ou separados;
- ✓ Na emissão são títulos nominativos, ou seja, devem conter o nome do depositante ou da pessoa por ele indicada;

Obs.: Não podem ser ao portador, contudo, podem ser por endosso em branco (não tem menção do nome do endossatário).

**Art. 15. § 1º - Cada um destes títulos deve ser à ordem e conter, além de sua designação particular;**

**1º - a denominação da empresa do armazém geral e sua sede;**

**2º - o nome, profissão e domicílio do depositante ou de terceiro por este indicado;**



As mercadorias que ficam no armazém geral precisam ter seguro contra incêndio, que será realizado em nome do armazém geral, pois as mercadorias estão em sua posse e, em caso de sinistro, este que será beneficiário do seguro, recebendo o valor de indenização, do qual pode retirar algum valor que lhe é devido e o restante da verba deve entregar a quem porta os títulos representativos. Veja-se:

**Art. 16 - As mercadorias, para servirem de base à emissão dos títulos, devem ser seguradas contra riscos de incêndio do valor designado pelo depositante. Os armazéns gerais poderão ter apólices especiais ou abertas para este fim.**

Após a emissão dos títulos representativos, as mercadorias não podem sofrer nenhum tipo de constrição (penhora, arresto, sequestro), que irão recair sobre os títulos, ficando as mercadorias desembaraçadas, conforme consta no art. 17, do Decreto n 1.102/1903:

**Art. 17 - Emitidos os títulos de que trata o art. 15, os gêneros e mercadorias não poderão sofrer embargo que prejudique a sua livre e plena disposição, salvo nos casos do art. 27. O conhecimento de depósito e o "warrant", ao contrário, podem ser penhorados, arrestados por dívidas do portador.**

Cada título representativo tem finalidade diferente:

#### CONHECIMENTO DE DEPÓSITO

- Representa a propriedade das mercadorias: quem o detém é proprietário das mercadorias;

#### WARRANT

- Viabiliza uma garantia: os bens depositados no armazém geral servirão de garantia de penhor;  
- Instrumento de redução do custo do crédito;

Quem tem os dois títulos representativos tem propriedade plena sobre os bens depositados no armazém geral. Quem tem somente o “warrant”, tem uma garantia de penhor. E quem tem o conhecimento de depósito, tem a propriedade das mercadorias, contudo, estão gravadas com ônus de penhor.

Isto ocorre porque são xifópagos, ou seja, podem circular separados. Assim, quando a pessoa estiver somente com conhecimento de depósito e o “warrant” estiver circulando, vai estar descrito no verso do conhecimento de depósito (princípio da literalidade).

**Art. 18 - O conhecimento do depósito e o "warrant" podem ser transferidos, unidos ou separados, por endosso.**

**§ 1º - O endosso podem ser em branco; neste caso confere ao portador do título os direitos de cessionário.**

**§ 2º - O endosso dos títulos unidos confere ao cessionário o direito de livre disposição da mercadoria depositada; o do "warrant" separado do conhecimento de depósito o direito de penhor sobre a mesma mercadoria e do conhecimento de depósito a faculdade de dispor da mercadoria, salvo os direitos do credor, portador do "warrant".**

Conhecimento de depósito + warrant	Conhecimento de depósito	Warrant
• Propriedade plena;	• Propriedade gravada com ônus;	• Garantia de penhor;

A partir disto, surge as seguintes situações:

- Circulação conjunta:

✓ Quando o depositante tem o conhecimento de depósito + “warrant” e endossa (em preto ou em branco) para terceiro os dois títulos juntos, está transferindo a propriedade plena ao endossatário, que pode, inclusive, retirar as mercadorias no armazém geral.

- Circulação separada:

✓ Quando há endosso do “warrant”, quantas vezes for, o portador dele pode satisfazer o seu crédito sobre as mercadorias depositadas no armazém geral.

✓ Quando há endosso do conhecimento de depósito, quantas vezes for, o portador passa a ter a propriedade gravada com penhor, do qual saberá por constar no verso do título para qual operação de crédito o “warrant” está garantindo.

#### Referência:

BRASIL. Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903. Institui regras para o estabelecimento de empresas de armazéns gerais, determinando os direitos e obrigações dessas empresas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 nov. 1903. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D1102.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1102.htm). Acesso em: 04 set. 2018.